



ID: 120603183

15-12-2025

E a estratégia de desenvolvimento de Portugal é...



Ricardo Paes Mamede

O medo de fazer escolhas, característico de sucessivos governos portugueses, está a deixar-nos para trás

Nos últimos dois meses, a Alemanha, os Países Baixos e o Reino Unido tornaram públicos documentos que definem as respectivas estratégias nacionais de desenvolvimento económico e tecnológico para os próximos anos. Apesar das diferenças entre países, estes textos partilham três características centrais: identificam prioridades de forma explícita, apresentam os critérios que fundamentam essas escolhas e descrevem os instrumentos através dos quais o Estado pretende influenciar a trajectória de especialização produtiva. Num contexto marcado pelas transições tecnológica e energética, por tensões nas cadeias de abastecimento e por uma crescente competição geoeconómica, estes países optaram por estruturar de forma clara as suas apostas estratégicas, assumindo que a neutralidade sectorial deixou de ser uma opção.

A estratégia alemã, inscrita na *High-Tech Agenda Germany*, organiza-se em torno de seis tecnologias consideradas estruturantes para a soberania e a capacidade industrial futura: inteligência artificial, tecnologias quânticas, microelectrónica, biotecnologia, fusão e energia climaticamente neutra, e tecnologias para mobilidade verde. A selecção assenta em critérios de importância sistémica, risco de dependências externas, elevados requisitos de capital e conhecimento, e a existência de uma base científica nacional relevante. Estas tecnologias são depois articuladas com grandes áreas de missão pública, como a saúde, a defesa, o sector aeroespacial e o clima, numa lógica de integração entre objectivos económicos, sociais, energéticos e de segurança. A intervenção do Estado assume uma natureza estruturante, passando pelo investimento directo em infra-estruturas produtivas, apoio a fábricas-piloto, criação de centros tecnológicos de grande escala, grandes parcerias público-privadas e uso da contratação pública como instrumento de criação de mercados, em domínios onde o risco privado seria, por si só, insuficiente para garantir investimento em escala.

Nos Países Baixos, a nova orientação da política industrial tem como lema “Quem não escolhe perde”. Partindo de um diagnóstico

de estagnação da produtividade, constrangimentos no acesso a energia, água e espaço físico, dificuldades de financiamento de empresas em crescimento e aumento de dependências estratégicas, o Governo assume explicitamente que um país pequeno tem de concentrar recursos num número restrito de apostas. Foram assim definidas seis áreas tecnológicas prioritárias: semicondutores; tecnologias relacionadas com a defesa (incluindo 6G, radar, comunicações por satélite a laser e quântico); biotecnologia; serviços digitais, com destaque para a inteligência artificial; engenharia de máquinas; e química inovadora. A selecção resulta do cruzamento entre o contributo daquelas áreas para o crescimento económico, o reforço da resiliência estratégica e o impacto nas grandes missões sociais, como a transição energética, a saúde e a economia circular. Para cada área são criados programas dedicados, com coordenação central, forte envolvimento das regiões e das empresas, e um pacote integrado de instrumentos que combina financiamento, adaptação regulatória, investimentos em infra-estruturas, internacionalização, formação de recursos humanos e, de forma explícita, criação directa de procura através da contratação pública estratégica. A política industrial passa, assim, a organizar-se de forma programática e selectiva, mantendo em paralelo instrumentos horizontais para o conjunto da economia.

No Reino Unido, a “Estratégia Industrial Moderna” agora anunciada articula dois níveis de prioridade. Por um lado, são identificados oito sectores de elevado crescimento: energia limpa, digital e tecnologias, ciências da vida, serviços financeiros, serviços profissionais e empresariais, defesa, indústrias criativas e

manufatura avançada. Por outro, são definidas seis tecnologias transversais: inteligência artificial, biotecnologia, tecnologias quânticas, telecomunicações do futuro (6G), semicondutores e materiais avançados, e espaço. A selecção combina critérios de peso económico actual, potencial de crescimento, relevância geopolítica e risco de dependências externas. A intervenção pública organiza-se sobretudo através de planos sectoriais com o horizonte de 2035, instrumentos selectivos de financiamento da inovação, reformas regulatórias destinadas a facilitar o investimento e criação de zonas especiais (concentrando incentivos e infra-estruturas e assegurando a simplificação administrativa). O papel do Estado é, essencialmente, o de coordenador e sinalizador estratégico, procurando reduzir a incerteza enfrentada pelos investidores privados e alinhar esforços públicos e privados em torno de mercados considerados prioritários.

Apesar das diferenças ao nível institucional, da tradição de política económica e do grau de dirigismo, há um denominador comum relevante nestas três estratégias: a política de



A política de desenvolvimento traduz-se em escolhas explícitas sobre sectores, tecnologias e mercados prioritários

desenvolvimento traduz-se em escolhas explícitas sobre sectores, tecnologias e mercados prioritários. Essas escolhas são fundamentadas em critérios razoavelmente transparentes – crescimento, segurança económica, soberania tecnológica e impacto social – e acompanhadas por instrumentos concretos de intervenção. Em todos os casos, a política científica, a política industrial, a política de inovação e, em parte, a política de defesa e de energia passam a estar mais estreitamente articuladas.

Entretanto, em Portugal, o debate nacional continua preso a formulações vagas sobre inovação, transição digital, transição climática ou reindustrialização verde, raramente acompanhadas por escolhas claras e por compromissos de médio e longo prazo. Insiste-se em fingir que desenvolver o país não implica fazer escolhas: escolher áreas, escolher instrumentos, escolher territórios, escolher riscos e aceitar que nem todas as apostas terão sucesso.

A questão central não é saber se o Estado deve intervir. Ele já intervém diariamente, através de impostos, fundos europeus, subsídios, regulação, compras públicas e planeamento. A questão é se essa intervenção está organizada em torno de uma estratégia coerente e explícita de desenvolvimento, com prioridades assumidas e instrumentos adequados, ou se se traduz na sobreposição de programas, avisos, candidaturas e oportunidades dispersas de financiamento, ausência de foco e de persistência das autoridades públicas, falta de coordenação entre os autores relevantes. O medo de fazer escolhas, característico de sucessivos governos portugueses, está a deixar-nos para trás.

Economista e professor do ISCTE

